

Bresser teme que quadro político adie acordo

Brasília — Fotos de Luiz Antônio

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, admitiu ontem que “a situação política do Brasil, o processo de transição democrática, a Constituinte e a possibilidade de eleições em 1988 poderão dificultar as negociações da dívida externa com os bancos credores”.

— Os banqueiros podem se sentir tentados a esperar mais um pouco e postergar o fechamento do acordo definitivo com o Brasil — afirmou Bresser, que, na próxima segunda-feira, data marcada para o reinício das conversas com o comitê dos bancos credores, estará em Nova Iorque, para uma palestra a empresários americanos.

O adiamento do acordo com os credores, previsto para estar concluído até o dia 15 de janeiro, não é favorável ao país nem aos bancos, pois atrasaria todo o cronograma estabelecido pelo governo brasileiro para sua normalização no sistema financeiro internacional. Para os bancos, segundo o ministro da Fazenda, o não fechamento representa prejuízo: “não receberão o pagamento dos juros”.

Dívida— O ministro não tem certeza, independentemente do processo político brasileiro, se os banqueiros aceitarão condições fixadas pelo Brasil para fechar o acordo, renegociar os juros e suspender a moratória até 15 de dezembro — quando o país deverá desembolsar cerca de 500 milhões de dólares, relativos ao pagamento dos juros atrasados, que serão depositados sob caução.

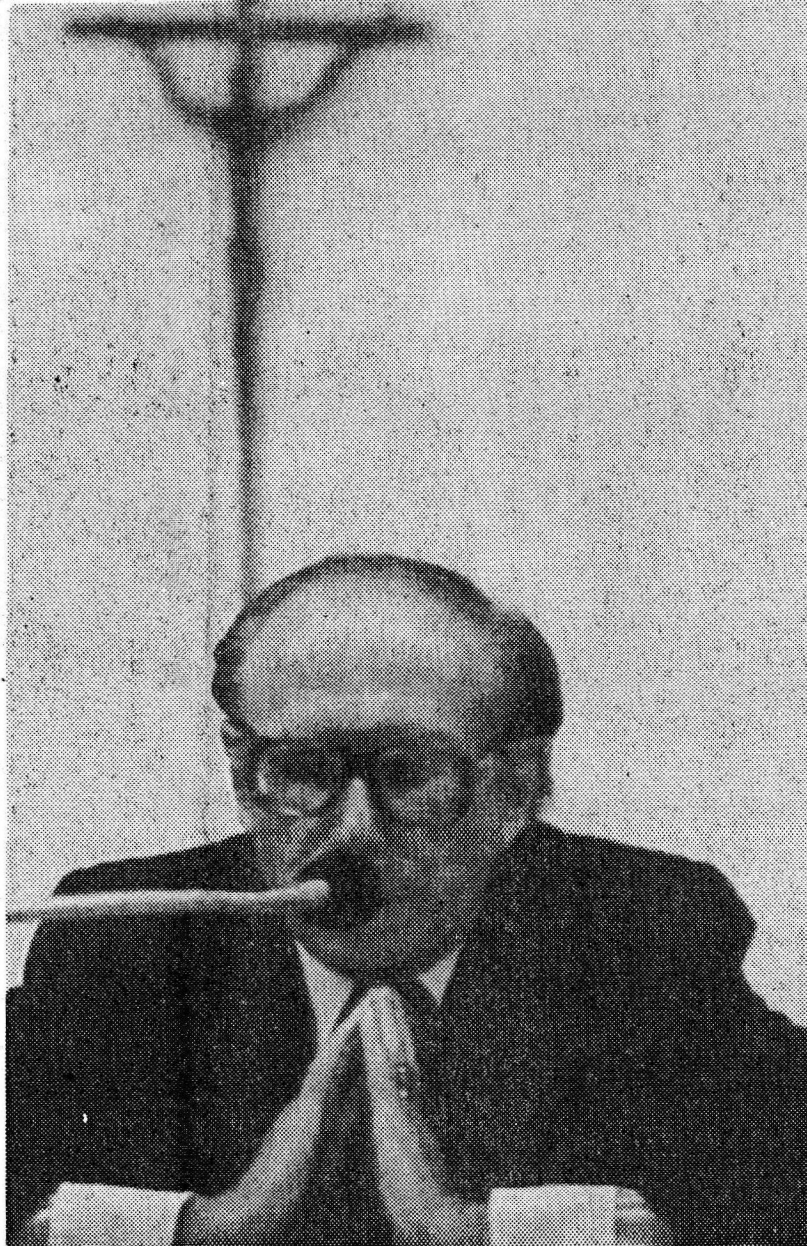
— Espero que cheguemos a um acordo. Mas há vários pontos inegociáveis na nossa proposta — afirmou Bresser, referindo-se, principalmente, à desvinculação dos desembolsos dos bancos de acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional e à aceitação, pelos credores, da tese brasileira de transformação de parte da dívida em títulos, além da manutenção do deságio.

— O Brasil não tem condições de pagar a dívida integralmente, e isso precisa ser discutido — lembrou o ministro.

Segundo Bresser Pereira, as conversas que ele e seus assessores vêm tendo com os técnicos da missão do Fundo Monetário Internacional que está em Brasília “são importantes” para definir a estratégia econômica do Brasil para 1988, em que são fundamentais, segundo o ministro, a redução do déficit público, a estabilização da inflação e o crescimento da economia em 6%. Mas admitiu: “se os investimentos continuarem fracos, como estão, será difícil atingir essa meta”.

É fundamental, segundo Bresser, que o setor privado volte a investir e, para isso, o governo acena com a boa aceitação pelas empresas do projeto de conversão da dívida em investimentos e a efetivação da nova política industrial.

Bresser afirmou que o governo fará a sua parte. O orçamento das empresas estatais, que deverá ser divulgado na próxima semana, prevê crescimento entre 5 e 6% dos investimentos públicos. Para compatibilizar esses investimentos com déficit público controlado, o governo espera a renegociação da dívida externa em condições favoráveis.



Campos: negociar prazos maiores e acertar com FMI